

JOSEPH KI-ZERBO E CLÓVIS MOURA: TRAJETÓRIAS E HISTORIOGRAFIAS ATLÂNTICAS

Elio Chaves Flores
Universidade Federal da Paraíba
eliochavesflores@gmail.com

A história é uma ciência humana que anda à procura de um certo grau de certeza chamada moral ou de probabilidade que lhe permita reconstituir e explicar o passado do homem. [...] Mas aqueles que pretendem ser cientistas e que olham para a história como um líquido incolor, inodoro e sem sabor, de laboratório em vez de a reconhecerem como um rio vivo, aqueles que, porque alinharam alguns silogismos baseados em certas descobertas esparsas, falam sobranceiramente de ciência, ou são ingênuos ou medíocres. Imaginam abraçar a musa Clio, quando apenas manipulam uma musa desencarnada.

Joseph Ki-Zerbo. *História da África Negra*. Vol. I, [1972].

Quando iniciamos as nossas pesquisas, em 1948, encontramos pela frente uma série de *barreiras históricas* que nos dificultavam enormemente o trabalho. Uma delas, talvez a mais arraigada e difundida mesmo entre historiadores e sociólogos empenhados em conhecer a nossa verdade histórica, era a de que os escravos negros, por um série de razões psicológicas, não lutaram contra a escravidão. O processo de *acomodação* foi promovido, por esses estudiosos, à categoria de fator central da dinâmica social do Brasil. Ao invés de procurarem os arquivos, repetem estereótipos muito cômodos, frutos algumas vezes de nossa inércia mental e outras vezes produtos deliberados daqueles deformadores profissionais da nossa história.

Clóvis Moura. Introdução à Segunda Edição de *Rebeliões da Senzala* [1972].

A história da África e da Diáspora somente começou a ser escrita por historiadores africanos e afro-brasileiros a partir de meados do século XX. As narrativas anteriores se situavam na tradição eurocêntrica e se diluíam na dimensão culturalista dos “estudos africanos” tanto na Europa quanto nas Américas. A teoria social negro-africana continua invisibilizada nos debates acadêmicos, especialmente no Brasil, país racializado desde os primórdios da economia-mundo, isto é, a partir do século XVI. Nesse trabalho busca-se exercitar aportes metodológicos compatíveis com a “historiografia intercultural comparativa” (RÜSEN, 2006, 2014) e “as variações da história comparada” (FLORES, 2015) num esforço heurístico de ultrapassagem das balizas nacionais. Para isso, colocamos em perspectiva dois intelectuais antirracistas e seus escritos da segunda metade do século XX. O historiador

burquinabe Joseph Ki-Zerbo (1922-2006) e o sociólogo-historiador afro-brasileiro Clóvis Moura (1925-2003). O primeiro construiu uma trajetória de professor e historiador da África, com reconhecida inserção continental e internacional; o segundo forjou-se como pesquisador *outsider*, atuante no jornalismo, que somente seria olhado pela “cultura acadêmica” no final do século XX. Ambos se tornaram, desde o início da formação na década de 1950, intelectuais antirracistas e protagonistas políticos na luta contra o racismo e o colonialismo. Participaram dos quadros de partidos políticos nacionais e, ao mesmo tempo, pesquisaram e produziram obras importantes sobre as interpretações da história da África e da Diáspora africana no Brasil. Assim como os historiadores africanos são praticamente desconhecidos no Brasil poucos são os historiadores brasileiros que se dedicaram a compreender a África. Cruzar esses mundos intelectuais atlânticos pode ser uma boa metodologia para ir além dos “estudos africanos” no Brasil. As fontes que serão cruzadas para entender as suas respectivas trajetórias de pesquisa são a *História da África Negra* [1972], de Joseph Ki-Zerbo; e, *Rebeliões na Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas* [1959], de Clóvis Moura. Acredita-se que as obras historiográficas de Joseph Ki-Zerbo e Clóvis Moura podem ser mais visibilizadas no contexto do ensino de história da África no Brasil e das aproximações com as narrativas sobre a Diáspora dos africanos. Por isso, problematizamos suas obras como clássicos do pensamento negro contemporâneo. Doze anos separam as primeiras edições das obras referidas, que se inserem no que se convencionou chamar de as décadas africanas (1950-1970), cuja temporalidade delimita o combate ao racismo, as emancipações africanas e o fim do colonialismo.

Clóvis Moura (1925- 2003). Clóvis Moura Steiger de Assis nasceu na cidade de Amarante, localizada na região centro-sul do Piauí e separada de São Francisco do Maranhão pelo Rio Parnaíba, nordeste brasileiro.¹ A mãe era branca e o pai negro, vivendo como remediados, em cidade pequena e decadente, cujo auge econômico foi nas últimas décadas do

¹ Embora a obra de Clóvis Moura seja bem estudada no âmbito da sociologia, a mesma tem sido pouco analisada no campo da historiografia. No ano de sua morte, Luiz Sávio de Almeida organizou e publicou o livro *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura* (2003) com artigos de sociólogos, jornalistas, historiadores e intelectuais de sua geração: Octavio Ianni, Mário Maestri, Manuel Correia de Andrade, Kabengele Munanga, José Carlos Ruy, Aluysio Mendonça Sampaio, Érika Mesquita e Petrônio Domingues. Quase a totalidade do acervo – Obras, artigos, entrevistas e fortuna crítica – de Clóvis Moura pode ser acessado no site *Marxismo21*. <https://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial/>

século XIX. Consta que saiu da cidade aos dez anos, em 1935, quando passou a residir com a família na cidade de Natal-RN, até 1941. No ano seguinte, muda-se com o irmão para a cidade de Salvador-BA, onde inicia o curso de humanidades – concluído somente em 1951 – mas ingressa no PCB e na atividade jornalística através do jornal do partido, *O Momento*. Elegeu-se deputado estadual, mas foi cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral. Dois anos depois, Clóvis Moura se transferiu para São Paulo atuando na Frente Cultural que visava manter as bases do partido ativas no movimento dos trabalhadores, juntando-se a intelectuais do partido, entre eles Caio Prado Júnior, Villanova Artigas e Artur Neves. Na década de 1950 começa a trabalhar como jornalista profissional e, também, a aprofundar pesquisas sobre as lutas negras do período colonial, que diz ter começado em 1948. No final da mesma década, consegue publicar *Rebeliões na Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas* [1959], pelas Edições Zumbi, de São Paulo, cuja obra finaliza com a ideia de que “a rebeldia [negra] era, portanto, uma categoria sociológica dinâmica dentro daquele tipo de sociedade” (MOURA, 1988, p. 274-75).

Em meio ao turbilhão político do período 1961-1964, Clóvis Moura volta-se para a poesia e a crônica ligeira, com dois pequenos livros, *Espantinho na Feira* [1962] e *Argila da Memória* [1964], que definiu como “rapsódia dedicada à cidade de Amarante, no Piauí”. Nela, reporta-se à origem, ao rio, aos afogados no rio, às lendas, às canções, ao boi e ao chapéu de couro e evoca o “desafio à geografia”. Um Piauí distante, na imagem da cidade de Amarante que margeia o rio, a argila de um Brasil entre 1930-1964: “Uma cidade. Apenas. Como jorro de sangue na epiderme ela circula na memória: num trânsito invisível que escreve florações de desalentos”. Pelo menos trinta anos haviam se passado: “Pequena, sem colégio eleitoral ponderável. Plebeia. Mastigando o seu parco suor de camponesa desalentada ao sol que a ilumina” (MOURA, 1964, p. 31). Na contra folha de rosto do pequeno livro listou algumas fainas intelectuais: informou que estava no prelo um ensaio sobre o pensamento de Euclides da Cunha; que estava em preparo outro livro de poesia, já com o título *Âncora do Planalto*; que escrevia o ensaio *História do Racismo no Brasil* e, por último, que trabalhava na segunda edição da obra *Rebeliões na Senzala*, para ser aumentada e refundida em dois volumes (MOURA, 1964), o que viria a acontecer no ano de 1972, cuja Introdução à Segunda Edição

reconhecia como ser “um trabalho artesão”, pois, “num país como o nosso a historiografia científica inicia seus primeiros passos” (MOURA, 1972, p. 31).

Consoante ao período do regime militar Clóvis Moura participa de entidades de escritores, como a União Brasileira de Escritores, fazendo parte da sua diretoria por três ocasiões entre 1961 e 1982. Nesse período histórico se aproxima de militantes e intelectuais negros, muitos dos quais fundadores e autores da “imprensa negra”, especialmente em São Paulo e mantém vínculos políticos com o PC do B, chegando a ser monitorado pelas forças repressivas do regime militar. Nessas condições, fundou em 1975, o Instituto Brasileiro de Estudos Africanos (IBEA) para estudar o racismo no Brasil, articular os movimentos negros e a produção científica. Parece ser mesmo nos primeiros anos da década de 1970 que Clóvis Moura volta-se para a África, participa do Colóquio de Dakar, no Senegal (1974); troca correspondência com o MPLA (1975); e com algumas embaixadas de países africanos (Senegal, Zaire, Costa do Marfim e Nigéria). Os laços internacionais do IBEA foram mais exitosos com o Senegal e, especialmente, com Angola, pelas opções marxistas do intelectual e escritor (VIEIRA, 2017, p. 349-368).

Na década de 1980, talvez em função desse movimento, a produção intelectual de Clóvis Moura começa, lentamente, a ser percebida no campo acadêmico. Pode-se dizer que é na virada do século, depois de ter publicado várias pesquisas sobre o protagonismo da população negra no Brasil, a recepção de sua obra passa a ser reconhecida como importante nos campos do jornalismo, sociologia e historiografia. Por isso, Clóvis Moura firmou-se como um dos principais cientistas sociais na teoria e história do racismo. Estudos sobre sua obra a definiram como a “sociologia da práxis negra” (MESQUITA, 2002, 2003; OLIVEIRA, 2009).

Jornalista, historiador e sociólogo, Clóvis Moura foi um dos primeiros pesquisadores a escrever a história das rebeliões negras no período colonial e imperial a partir do método dialético da história e dos pressupostos marxistas (RUY, 2003, p. 147-156; LOPES, 2004, p. 454; MOURA, 2014). Também escreveu sobre o protagonismo negro na República,

especialmente a imprensa negra e os movimentos sociais negros. Na sua longa trajetória de pesquisa e escrita publicou obras de impacto para a teoria social brasileira.²

Joseph Ki-Zerbo (1922-2006). Tornou-se um dos maiores historiadores africanos do século XX, sendo uma das expressões historiográficas do Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África, entre 1964 e 1999. Professor, historiador e político, Ki-Zerbo é burquinabe, nasceu na cidade de Toma, província de Nayala, Alto Volta e, depois de 1984, República de Burquina Faso, país da África Ocidental, que se estende entre o deserto do Saara e o Golfo da Guiné. Filho de Thérèse Folo Ki e de Alfred Simon Diban Ki-Zerbo – considerado o primeiro cristão da região do Alto Volta –, foi para a escola primária de missionários católicos. Iniciou estudos intermediários (liceus) em Uagadugu, capital do Alto Volta e, em Bamako, capital do Mali, concluindo-os em Dacar, no Senegal, onde também trabalhou como vigia de liceu, jornalista e funcionário das estradas de ferro e vem daí a sua aproximação com os sindicatos e a opção política pelo socialismo africano.³

Ki-Zerbo realizou estudos superiores na França, na Sorbonne, de 1949 a 1953. Nos dois anos seguintes, diplomou-se em Ciências Políticas pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris – Sciences Po e, no ano de 1956, doutorou-se em história na Sorbonne, sempre com

² Títulos e entre colchetes as primeiras edições: *Rebeliões na Senzala* [1959]; *O negro, de bom escravo a cidadão* [1977]; *Os quilombos e a rebelião negra* [1981]; *Brasil, raízes do protesto negro* [1983]; *Sociologia do negro brasileiro* [1988]; *As injustiças de Clío: o negro na historiografia brasileira* [1990]; *Dialética radical do Brasil negro* [1994]; *Dicionário da escravidão negra no Brasil* [2004]. No prefácio escrito para essa última obra, João Baptista Borges Pereira explicita a posição intelectual de Clóvis Moura que também adotamos para esse trabalho ao pensar a sua obra, a interdisciplinaridade no cruzamento entre a história e a sociologia: “Clóvis Moura foi um cientista social brilhante e disciplinado que sempre correu por fora da academia – solto, livre, nas franjas da interdisciplinaridade – ainda que a academia brasileira tenha constantemente solicitado a sua presença em eventos, conferências, seminários e, especialmente, em exames de teses na qualidade de professor *notório saber*, título que há anos lhe foi outorgado pela Universidade de São Paulo” (PEREIRA, 2004, p. 9).

³ No ano seguinte à morte de Joseph Ki-Zerbo, a CODESRIA – Council for the Development of Social Science Research in Africa publicou Boletim Especial sobre a vida e a obra de Joseph Ki-Zerbo, com artigos de Françoise Ki-Zerbo (Burkina Faso), Penda Mbow (Senegal), David Musa Soro (Costa do Marfim), Basile Guissou (Burkina Faso), Salif Yonada (Burkina Faso), Salim Abdelmadjid (França), Toyn Falola (Nigéria), Thierno Mouctar Bah (Camarões), Doulaye Konaté (Mali), Cheikh Hamidou Kane (Senegal), onde também constam depoimentos de familiares e uma entrevista com o próprio Joseph Ki-Zerbo, “Para onde vai a África?”, (2007, p. 5-9). Ver: OLUKOSHI, Adebayo; NYAMNJOH, Francis. (Orgs.). Homenagem a Joseph Ki-Zerbo. In: *CODESRIA*, Boletim n.º 3 e 4, 2007.

distinção nos estudos (HOLENSTEIN, 2006, p. 163-64). Na vivência universitária atuou junto à Federação dos Estudantes da África Negra em França e fundou a Associação dos Estudantes Voltaicos em França e a Associação dos Estudantes Católicos Africanos, Antilhanos e Malgaxes. Nessas organizações redige manifestos, artigos e distribui panfletos a favor das independências africanas. No ano de 1956 tornou-se o primeiro professor negro de história na França e membro da equipe editorial da principal publicação do mundo negro-africano, a editora *Présence Africaine*. No ano seguinte vai para o Senegal, ainda colônia francesa, trabalhar no Liceu Vollenhoven e na Universidade de Dacar e funda, com outros políticos e intelectuais, o MLN – Movimento de Libertação Nacional, visto como um partido voltaico e pan-africano, de bases federalistas. O programa político do partido baseava-se em três aspectos cruciais da conjuntura: a independência imediata, a formação da unidade africana com a criação dos Estados Unidos da África e o socialismo africano (ABDELMADJID, 2007, p. 26-29). A independência unilateral da Guiné (Conacry), em 1958, levou Ki-Zerbo a ensinar no novo país para ajudar a construir o sistema de educação nacional, abandonando a carreira universitária na França e no Senegal. Dois anos depois, é o Alto Volta que adquire a independência e Ki-Zerbo regressa para fazer parte da estrutura do novo Estado, como professor reconhecido, inspetor do sistema acadêmico e chegando a exercer a função de diretor-geral da educação nacional.

As condições políticas o levam para a oposição, manifestações de rua e queda do regime nos anos subsequentes (1962-1966). Os reveses políticos levam Ki-Zerbo a se voltar para a pesquisa e ele começa a escrever a sua principal obra, *História da África Negra*, publicada em 1972. Ki-Zerbo é ativo na construção dos estudos históricos em África. Preside a Comissão de História e Arqueologia do Primeiro Congresso de Africanistas, realizado em Acra, capital de Gana, em 1962 e também presidiu a Comissão Consultiva para a elaboração dos programas universitários dos novos países africanos, saídos da dominação francesa. Parece ser na década de 1960 que o historiador Ki-Zerbo vai se impondo ao homem da política e da unidade africana na medida em que se envolve nas novas institucionalidades africanas e na escrita de uma história da África. No preâmbulo da *História da África Negra* ele escreve sobre essa dimensão:

Este livro, começado em Uagadugu (Alto Volta) em 1962 e concluído durante o Festival Pan-Africano de Argel em 1969, nasceu de um sonho de estudante. Aprendiz na Sorbonne no *ofício de historiador* e aplicado a explorar os fundamentos remotos e recentes do mundo de hoje, senti-me impressionado pela ausência quase total do continente africano, e em particular do mundo negro, na mensagem dos nossos guias espirituais e nos nossos trabalhos universitários laboriosos e sutis. Por vezes, no meio de um curso sobre os Merovíngios entrevia, como numa miragem, a savana sudanesa queimada pelo sol, com a silhueta bonacheirona de um imbondeiro pançudo, hirsuto e trocista... E nasceu em mim o projeto mudo e violento de retornar às raízes da África. Mas, diz o provérbio, *não é com os olhos que se mata o búfalo*” (KI-ZERBO, 1999, p. 6, grifos do autor).

Também no final da década de 1960 vai participar ativamente da fundação do Conselho Africano e Malgaxe para o Ensino Superior (CAMES) que começou a ser organizado em Niamey, capital do Níger, no ano de 1968 e se efetivou na década de 1970. Criador de entidades e instituições com perspectivas federalistas, fundou, em 1980, o Centro de Estudos para o Desenvolvimento Africano (CEDA), uma rede de conhecimentos e saberes para viabilizar a segurança alimentar, a proteção da biodiversidade e o trabalho das mulheres, na dinâmica de um “intelectual enraizado” (KI-ZERBO, 2007, p. 12-14). No mesmo ano de publicação de sua mais extensa pesquisa, ele se torna um dos fundadores da Associação dos Historiadores Africanos (AHA), ocorrida na capital do Senegal, no primeiro Congresso dos Historiadores Africanos. Foram nessas condições que participou do Segundo Congresso, realizado na cidade de Yaoundé, capital de Camarões, em 1975, ocasião em que foi eleito presidente da AHA, cargo que exerceu por 26 anos, até o Congresso de Bamako, realizado em 2001.

Na condição de membro do Conselho Executivo da UNESCO, Ki-Zerbo tomará parte do Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África, a partir de 1971, conforme consta nos documentos institucionais (HGA, 1981; 2011). Foi assim que se tornou organizador e editor do primeiro volume da *História Geral da África*, “Metodologia e Pré-História da África”. Assim, teve condições de escrever a “Introdução Geral” da coleção de oito volumes (HGA, vol. I, 2011, p. XXI-LVII) e a conclusão do Primeiro Volume, “Da natureza bruta à humanidade liberada” (HGA, vol. I, 2011, p. 833-851). Também escreveu em coautoria capítulos em outros três volumes: “Do Níger ao Volta” (HGA, vol. V, capítulo 12, 2011, p. 389-436), com o antropólogo e historiador francês M. Izard; “Estados e povos do Arco do Níger e do Volta” (HGA, vol. VI, capítulo 25, p. 771-812), com o historiador ganês

Kwame Arhin; “Construção da nação e evolução dos valores políticos” (HGA, vol. VIII, capítulo 16, 2011, p. 565-602), com os historiadores Chistophe Wondji da Costa do Marfim, Albert Boahen de Gana e com o cientista político Ali Mazrui do Quênia. Essa é, salvo engano, a sua produção historiográfica traduzida para o português brasileiro. Das suas experiências como professor e gestão de entidades e instituições educacionais publicou, pela UNICEF-UNESCO, *Éduquer ou Périr* [1990]. Já no novo século, em 2003, foi o ano em que René Holenstein publicou uma série de entrevistas com o historiador Joseph Ki-Zerbo com o sugestivo título em francês *À quand l’Afrique* [2003], traduzida para o português brasileiro em 2006. Para Ki-Zerbo uma das principais questões do mundo contemporâneo era a identidade forjada na troca cultural: “Trata-se do papel da identidade e do papel a desempenhar no mundo. Sem identidade, somos um objeto da história, um instrumento utilizado pelos outros, um utensílio” (KI-ZERBO, 2006, p. 12).

As trajetórias intelectuais de Clóvis Moura e Joseph Ki-Zerbo podem ser vistas, se cruzadas, como itinerários diaspóricos, processos que foram bastantes comuns para os intelectuais negros do século XX. Clóvis Moura migrou para estados e cidades do Nordeste e depois se fixou em São Paulo, a capital econômica do Sudeste e do Brasil. Joseph Ki-Zerbo transitou na África ocidental, formou-se na capital colonial, Paris, para depois se dividir entre o Senegal e Burkina Faso nas lides intelectuais e políticas. Clóvis Moura depara-se, na temporalidade de sua formação e, depois, como escritor, com os fatos do “colonialismo interno” e com uma teoria social que invisibiliza a história da África e dos africanos. Joseph Ki-Zerbo se depara com o colonialismo em crise e também percebe o grau de negatividade e mesmo a inexistência de uma preocupação com a história da África por parte dos agentes colonizadores e instituições acadêmicas europeias. Essas aproximações não os tornam coetâneos, pois não há indícios de que tenham se encontrado alguma vez ou que cada um tivesse conhecimento das respectivas obras. Em boa medida foram contemporâneos de uma conjuntura histórica em que a ideia de revolução e emancipação dos povos não-europeus atravessavam as margens do mundo atlântico. Eles não deixaram de pensar na modernidade atlântica no sentido crítico das rupturas epistemológicas. Podemos colocar em perspectiva duas de suas obras e testar algumas hipóteses de trabalho.

Como já observamos, *Rebeliões da Senzala* teve uma primeira edição em 1959 e, uma segunda, ampliada e reescrita por Clóvis Moura, em 1972. Portanto, foram mais de vinte anos de pesquisa, reflexão e escrita. A primeira edição de *História da África Negra* data de 1972, mas a ideia do livro foi pensada por Joseph Ki-Zerbo desde os tempos de formação acadêmica na Paris de 1950. Isso também soma mais de vinte anos. Como podemos observar pela epígrafes dos dois contidas nesse trabalho, os dois autores enfrentavam questões epistemológicas análogas em suas pesquisas e posições dentro do espectro da teoria social.

Clóvis Moura encontrou pela frente a ideia, entre os intérpretes do Brasil, de que “os escravos negros, por uma série de razões psicológicas, não lutaram contra a escravidão. O processo de *acomodação* foi promovido, por esses estudiosos, à categoria de fator central da dinâmica social do Brasil (MOURA, 1988, p. 31). O autor chega a aventar a possibilidade de que havia uma intenção deliberada e, talvez por isso, usou a expressão “deformadores profissionais da nossa história”. Joseph Ki-Zerbo não deixa de alertar para a condição posicionada da história como uma possibilidade de “verdade moral”. De certo que há os cientistas “que olham para a história como um líquido incolor, inodoro e sem sabor, de laboratório em vez de a reconhecerem como um rio vivo, aqueles que, porque alinharam alguns silogismos baseados em certas descobertas esparsas, falam sobranceiramente de ciência”. Não seriam esses os “deformadores profissionais” que, nas palavras de Ki-Zerbo, “imaginam abraçar a musa Clio, quando apenas manipulam uma musa desencarnada”? (KI-ZERBO, 1999, p. 34). Assim, o autor aponta palavras duras, “ingênuos ou medíocres”.

Digamos que se trata de uma seara epistemológica que implica “descolonizar a mente”. De modos diferentes, Clóvis Moura e Joseph Ki-Zerbo precisaram, primeiro, enfrentar a “barragem dos mitos” que colocam os africanos na condição de aculturados, passivos e mesmo sem história. Em termos de africanos no Brasil Clóvis Moura criticou essa forma culturalista de interpretar “os africanos no Brasil”. Nesse sentido é que se evidencia no seu argumento inovação da teoria social:

O conflito social era substituído pelos choques culturais. E com isto a escravidão ficava apenas como um pano de fundo estático onde ele se operava. Nessa posição se postaram quase todos os que escreveram sobre a escravidão moderna no Brasil a partir de Nina Rodrigues. Foi, inclusive, como decorrência dessa influência cultural que se realizaram os três congressos afro-brasileiros de 1935, 1937 e 1984. A tônica foi sempre a mesma: o estudo de duas culturas, os seus níveis de convergência ou divergência, as posições antagônicas do seu mundo religioso, da sua culinária, dos

seus gostos musicais, indumentária, linguagem etc. (MOURA, 1988, Introdução à Quarta Edição, p. 10-11).

Essa barragem culturalista também impedia de se escrever uma história da África senão moldada pela teoria social eurocêntrica. Joseph Ki-Zerbo remonta a Hegel e ao século XIX para criticar as ideias correntes de que “não existia história na África negra”, que a “África negra se furtou à história” ou que “tudo na África negra era pré-capitalista”. A barragem dos mitos apenas informa que tudo é exterioridade na África e, em especial, na África negra. Joseph Ki-Zerbo, aproximativo de Clóvis Moura, marca essas noções culturalistas como uma prática intelectual racista.

Em resumo, a história da África torna-se como o albergue espanhol, onde cada qual encontra aquilo que para lá leva... Talvez seja, de resto, essa a razão por que aí se nos deparam tantos clientes tão heteróclitos.

Aqueles que não articulam teses tão radicais em relação à nossa história arquitetam mitos tanto mais venenosos quanto mais matizados são. O principal desses mitos é a passividade histórica dos povos africanos, e dos povos negros em particular. Encontra-se essa ideia, sob uma forma ou outra, em quase todas as obras dos mestres europeus da ciência histórica africana. Nenhuma ou quase nenhuma dinâmica progressiva nestas sociedades ou raças desfavorecidas. E com frequência se é amável (ou astuto...) a ponto de atirar para cima do sol e dos mosquitos a responsabilidade deste atraso (KI-ZERBO, 1999, p. 11-12).

Note-se a verve irônica do historiador burquinabe para quem houve a “bondade” até de se negar a negrura étnica do continente africano, que teria sido habitado por “raças morenas”. Ki-Zerbo se admira de que a ciência eurocêntrica inventou o “moreno ideal, este *peule* de Platão, nunca ninguém o encontrou”. Então, pensamos aqui no universo da “decolonialidade e pensamento afrodiaspórico” em que vislumbramos as posições de Clóvis Moura e Joseph Ki-Zerbo, sujeitos que transitam, a partir de meados do século XX. Assim está posto:

A noção afrodiáspora de mundo é pensada aqui tanto como a tematização dos fluxos, viagens e comunicações quanto como o registro da experiência vivida do negro no mundo afrodiaspórico e as suas respostas ao racismo e à colonialidade do poder, do ser e do saber. Esse mundo afrodiaspórico, portanto, emerge quando alguns autores e autoras dialogam com pensadores que constroem o transnacionalismo negro e quando teorizam e registram suas experiências vividas a partir do lugar político-epistêmico em que vivem e observam o mundo (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES, GROSFUGUEL, 2019, p. 24).

Pretendemos defender a hipótese de que tanto Clóvis Moura quanto Joseph Ki-Zerbo precisaram descolonizar a si próprios, tornando-se intelectuais antirracistas, para

aprofundarem análises históricas que lhe foram caras. Ki-Zerbo criou a imagem de que a história “anda sobre dois pés: o da liberdade e o da necessidade” onde, no primeiro, “as invenções se atropelam” e, no segundo, “as rupturas se impõem” (KI-ZERBO, 2006, p. 17). Vamos tentar analisar as duas obras a partir do binômio tráfico e escravidão moderna como aspecto constitutivo do capitalismo. Um tipo de capitalismo que, citando as palavras de Vasco da Gama, Joseph Ki-Zerbo ironizou ao afirmar que seus agentes públicos e privados “procuravam cristãos e especiarias”, mas acabaram se voltando para o “ouro negro” – o tráfico de africanos para as Américas em larga escala (KI-ZERBO, 1999, p. 272-77). Clóvis Moura começa pelas “características gerais” desse processo histórico que vai definir como “segunda escravidão” – a primeira teria sido a escravidão antiga – que se inicia ainda no século XVI e se aprofunda no decorrer do século XVII. Não se estranhe o conceito de “acumulação primitiva”, pois Clóvis Moura considera a interpretação marxista da história.

A segunda escravidão surgiu quando, em determinado momento histórico, os detentores do poder econômico aplicavam os seus excedentes, as suas reservas monetárias, numa empresa comercial que se expandia através do domínio de uma área – África –, na qual buscava a mercadoria para a venda; e da exploração de outras áreas – Brasil, Antilhas, países outros da América do Sul – que consumiam a mercadoria que elas levavam: o escravo. Isto é, a escravidão moderna surgiu no momento em que o escravo não era mais um homem alienado dentro da sua própria estrutura local, mas se alienava por forças exteriores, por um conjunto exógeno de circunstâncias. Em outras palavras, a escravidão era explorada pelas metrópoles sem que, nos seus sistemas de estratificação social locais, se verificasse esse tipo de trabalho.

O que se verificou foi exatamente o contrário: a existência da escravidão nas colônias proporcionou o desenvolvimento do capitalismo industrial nas metrópoles.

Podemos dizer, portanto, que, como cimento dos alicerces da sociedade capitalista, a escravidão, durante um período de tempo relativamente longo, foi um dos seus elementos mais importantes (MOURA, 1988, p. 53).

Clóvis Moura pretende destacar o caráter econômico da escravidão moderna, que não se explica por ela mesma, senão que tem que ser pensada em termos de trânsitos atlânticos da economia política. Não por acaso é que, nos capítulos seguintes da obra, são apresentados os sujeitos que sofreram (e fizeram) essa história, mas para além dos culturalismos antes apregoados, o autor analisa “os escravos nos movimentos políticos”.

Do outro lado do Atlântico, Joseph Ki-Zerbo estrutura um capítulo sobre “o tráfico de escravos” e as “consequências da escravatura”. Entretanto, Ki-Zerbo não se assegura da

racionalidade econômica da história, ele acrescenta componentes culturais e ideológicos. Ki-Zerbo é taxativo:

Deve-se salientar, antes de mais nada, que o tráfico de escravos não foi uma operação premeditada. Aqueles que partiam para *o santo empreendimento da rota da Índias e das especiarias* sabiam o que iam procurar, mas ignoravam o que iam encontrar e como iam encontrar. Os motivos deste entusiasmo tenaz em direção aos mundos longínquos eram heteróclitos. Mas encontravam-se bem resumidos por Vasco da Gama: *cristãos e especiarias*. Com efeito, se os Europeus se interessavam pelos metais preciosos, procuravam também outras minas, as minas espirituais: minas de almas.

(...)

Quanto às especiarias, provinham elas do Extremo Oriente, mas transitavam da Malásia até a Itália através de numerosas mãos de negociantes chineses, persas, armênios, árabes, egípcios, sírios ou genoveses, todos eles muito ávidos de lucros. Por outras palavras, as especiarias chegavam aos revendedores europeus e às cozinhas a preços elevadíssimos. Daí a ideia de pôr de lado os mercadores árabes, procurando uma rota marítima para as Índias perfumadas, isto é contornando a África. Assim, portanto, o grande desígnio cristão conjugava-se admiravelmente com a avidez do negócio (KI-ZERBO, 1999, p. 263, grifos do autor).

A abordagem de Joseph Ki-Zerbo apresenta mais do que o mundo atlântico, pois se trata da imagem da economia mundializada em que o mundo afro-asiático se conecta com o Ocidente e as Américas nesse oceano “novo” e, em uso elevado, o Atlântico. O autor designa como “ouro negro” o tráfico que gera essa escravidão de novo tipo. “Quantos pretos foram vendidos?” indaga o historiador, para admitir que se tratava de um “genocídio, friamente perpetrado pela Europa à escala de um continente”. Para Ki-Zerbo os números dos escravizados seriam querelas historiográficas de difícil resolução – mas ele é maximalista – e credita a intensividade e longevidade do tráfico aos interesses dos fazendeiros escravocratas: “É difícil de estimar a amplitude deste tráfico, porque ele continuou assim durante séculos, a uma cadência acelerada, pois era medonha a mortalidade nas plantações da América” (KI-ZERBO, 1999, p. 277). Na parte “Consequências da escravidão” o autor trabalha em termos de continentes, para a África, Europa e usa um terceiro tópico sugestivo, “Os Pretos nas Américas: morte e ressurreição”. Antes, podemos perceber que Ki-Zerbo relaciona África e Europa no contexto do despovoamento de importantes regiões africanas conectadas ao Atlântico e às economias europeias e ao fato de que as “civilizações negras”, nessas regiões, por serem “essencialmente agrícolas”, eram baseadas “na estabilidade e permanência”. Nesse caso, percebemos aproximações com os argumentos de Clóvis Moura e, principalmente, como as resistências negro-africanas nas condições adversas:

A título de capital-trabalho e de matéria-prima, a África Negra participou, portanto, involuntariamente no arranque econômico da Europa e continuará a desempenhar o papel de impulsionadora durante todo o período colonial ou neocolonial. Em resumo, o tráfico de escravos foi para a África Negra uma viragem macabra que teria podido conduzir esta raça ao desaparecimento quase total, como na América do Norte e do Sul aconteceu aos Índios, tanto mais que os efeitos da escravatura se estenderam por quinhentos anos. Mas o dinamismo negro-africano, esterilizado com ferro rubro durante séculos, vai sobreviver e, mesmo no meio das forças da morte, criar algumas obras-primas (KI-ZERBO, 1999, p. 283).

Se Ki-Zerbo menciona o “dinamismo negro-africano” a tradução para a abordagem do historiador brasileiro foi escanear os “quilombos e as guerrilhas negras”, entre os séculos XVI e XIX. O “sujeito escravizado” não significa o mesmo que o “escravo coisificado”, pois “sobreviver no meio das forças da morte” social requer a força organizada dos vencidos. A “Longa Duração”, quando se trata da escravidão atlântica, permite as analogias com “as Áfricas vivas do Novo Mundo”, conforme a expressão conceitual e historiográfica braudeliana (BRAUDEL, 1989). Por isso, parece notável que Clóvis Moura veja nos quilombos e guerrilhas formas de insurreições sociais em todo o espaço atlântico português. Nas Américas, esse “dinamismo negro-africano” kizerbiano aparece na dimensão do que se traduziu no conceito de “quilombagem” mouriano. Vejamos essa construção narrativa:

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse escravidão lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, como a dizer que somente em determinados locais, por circunstâncias mesológicas favoráveis, ele podia afirma-se. Não. O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto, apenas um fenômeno esporádico. Constituíu-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava (MOURA, 1988, p. 103).

Dois exemplos paradigmáticos, duas historicidades são efetivadas por Clóvis Moura que subverte a cronologia tradicional de período colonial e imperial. Primeiro, no capítulo quarto, Moura enfatiza a importância política das “insurreições baianas” no decorrer do século XIX. Depois, ele arranca um interregno de “domínio holandês” – pelo menos trinta anos do século XVII – em que destaca três tipos representativos das próprias posições e ambiguidades negro-africanas nas Américas em termos de trajetórias singulares: Zumbi dos Palmares,

Henrique Dias e Calabar. Nessa dimensão, Moura vai dedicar o sexto capítulo à República de Palmares, na Serra da Barriga, interior da Capitania de Pernambuco, mas não muito distante do litoral: “foram-se aglomerando e reunindo gente, juntando braços para a guerra e trabalho e formaram naquele lugar a maior tentativa de autogoverno dos negros fora do continente africano” (MOURA, 1988, p. 205). Trata-se da reinvenção de Áfricas nas Américas.

Joseph Ki-Zerbo muito nos informa sobre “Os Pretos nas Américas: morte e ressurreição”. Destaca o “anonimato da servidão” pelos homens negros despojados dos seus nomes, das famílias originárias e de suas tradições. Ki-Zerbo pondera que “a mulher africana desempenhou um papel histórico na sobrevivência biológica e cultural” da cosmovisão negro-africana nas Américas.

Muito pouco numerosas em relação aos homens (a relação era de uma mulher por dois, cinco ou às vezes quinze homens), foram verdadeiramente a mulher e a mãe comuns. Mais presas ainda do que os homens ao continente perdido, as suas canções de ninar, os seus contos, as suas danças, foram durante séculos o único laço, muito frágil, mas inquebrável, que estabelecia a ligação com a África. A rotação geográfica e cronológica dos escravos era tal que, sem esta maior estabilidade da mulher, teriam desaparecido muitos dos elementos da herança negro-africana (KI-ZERBO, 1999, p. 284).

Segundo Ki-Zerbo, a mulher negro-africana enfrentou melhor a “pigmentocracia como sistema socioeconômico e político” e problematiza a resistência à escravidão no mesmo diapasão de Clóvis Moura: “as sangrentas repressões apenas estimulavam a rebelião, que levava à fuga isolada ou coletiva”. Destaca Palmares como “uma guerra de guerrilhas” e não se admira que a resistência nas Américas tenha sido aumentada em relação ao “que se manifestara em África” nos séculos de escravidão moderna. Em resumo, o autor reconhece, com certo realismo historiográfico, que “demasiadas forças vivas, demasiadas energias criadoras, foram tragadas pela escravatura” (KI-ZERBO, 1999, p. 285-87).

Podemos considerar o teste das nossas hipóteses e tentar encerrar, nesse trabalho, a nossa metodologia de colocar em perspectiva dois autores, duas obras, especialmente a partir dos processos tráfico dos africanos e escravidão no mundo atlântico moderno. Percebemos que as trajetórias intelectuais de Clóvis Moura (Brasil) e Joseph Ki-Zerbo (Burkina Faso) passaram pela política como força racional de mudança histórica, criticaram as práticas historiográficas vigentes – em relação à história da África e dos africanos – e se situaram

como autores de historiografias relevantes para a compreensão do “Atlântico negro”. Clóvis Moura se firmou como um duplo intelectual, historiador e sociólogo, marxista; Joseph Ki-Zerbo alinhou-se à historiografia dos Annales – o prefácio à edição francesa de *História da África Negra* é de Fernand Braudel – cuja dupla face intelectual assumiu-se como professor e homem criador de instituições federalistas na África.

Também problematizamos que Clóvis Moura e Joseph Ki-Zerbo ultrapassam o campo “estudos africanos”, encerrados em culturalismos e sobrevivências folclóricas em relação aos africanos na Diáspora e à África continental. Passamos a defender que se incluem como intelectuais antirracistas e que foram inovadores da teoria social contemporânea. No contexto da “historiografia intercultural comparativa” as aproximações, analogias e ambivalências são aspectos importantes para as dinâmicas dos trânsitos epistemológicos, possíveis de serem observados e analisados à luz de novas indagações e perspectivas para além das histórias nacionais. No Brasil, esse desafio historiográfico ainda está para ser viabilizado. As palavras de Joseph Ki-Zerbo, afirmadas no nosso século, interpelam as nossas historiografias:

Afirmamos a necessidade de refundar a História a partir da matriz africana. O sistema colonial prolongava-se até a esfera da investigação. Todas as pesquisas em agronomia, geografia e economia eram feitas em grandes institutos no estrangeiro. A pesquisa era um dos instrumentos da colonização, a tal ponto que a investigação histórica tinha decidido que não havia história africana e que os africanos colonizados estavam pura e simplesmente condenados a endossar a história do colonizador. Foi por esta razão que nos dissemos que tínhamos de partir de nós próprios para chegar a nós próprios. (...) Pode-se dizer que nós, historiadores, fizemos um enorme esforço. Não digo que fizemos tudo, mas partimos da metodologia, da problemática, da heurística da nossa disciplina para renová-la, também a serviço do continente africano, mas em primeiro lugar a serviço da ciência, como gostava de repetir Cheikh Anta Diop (KI-ZERBO, 2006, p. 15).

REFERÊNCIAS

ABDELMADJID, Salim. Joseph Ki-Zerbo: o intelectual, a política e a África. In: OLUKOSHI, Adebayo; NYAMNJOH, Francis. (Orgs.). Homenagem a Joseph Ki-Zerbo. In: *CODESRIA*, Boletim n.º 3 e 4, 2007, p. 26-39.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. (Org.). *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: Edufal, 2003.

BARBOSA, Muryatan. *A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África* (UNESCO). São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012 [Tese de Doutorado em História].

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Orgs.). *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

BRAUDEL, Fernand. *Gramáticas das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FLORES, Elio Chaves. A nação amada, a nação fustigada: percursos, racionalidades e variações da história comparada. In: *Revista de História Comparada*, v.9, n. 2, dez, 2015, p. 82-110.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34: UCAM, 2001.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOLENSTEIN, René. Nota biográfica. In: KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006, p. 163-170.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. 2 Vols. [1972]. Lisboa: Europa-América, 1999.

_____. *Para quando a África?* Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

_____. *Éduquer ou Périr*. Paris: UNICEF-UNESCO, 1990.

_____. (Editor). *História Geral da África*. Vol. I (Metodologia e Pré-História). Brasília; São Paulo: MEC-UFSCar; UNESCO; Cortez, 2011.

KI-ZERBO, Françoise. O combate de Joseph Ki-Zerbo: teórico e técnico do desenvolvimento endógeno em África. In: OLUKOSHI, Adebayo; NYAMNJOH, Francis. (Orgs.). Homenagem a Joseph Ki-Zerbo. In: *CODESRIA*, Boletim n.º 3 e 4, 2007, p. 9-14.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro: 2004.

MESQUITA, Érika. *Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira*. Campinas: Unicamp, Dissertação de Mestrado em Sociologia, 2002.

_____. Clóvis Moura e a sociologia da práxis. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 25, n. 3. Rio de Janeiro. Versão on-line, 2003. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2003000300007&script=sci_arttext Acesso: 24 Jan 2014.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. [1972]. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. Clóvis Moura. Obras. Artigos. Entrevistas. Poesia. Fortuna Crítica. In: *Marxismo21*. <https://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial/> Acesso: 16 ago 2015.

_____. *Dialética Radical do Brasil Negro*. [1994]. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Editora Anita Garibaldi, 2014.

OLUKOSHI, Adebayo; NYAMNJOH, Francis. (Orgs.). Homenagem a Joseph Ki-Zerbo. In: *CODESRIA*, Boletim n.º 3 e 4, 2007.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. *Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra*. Niterói: UFF/PPGSD, 2009 [Dissertação de Mestrado em Ciências jurídicas e Sociais].

PEREIRA, João Baptista Borges. O último legado de Clóvis Moura. In: *Estudos Avançados*, 18 (50), 2004, p. 311-312.

RUY, José Carlos. *Rebeliões na Senzala – Lições de luta*. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. (Org.). *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: Edufal, 2003.

RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). *A Escrita da História: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 115-137.

VIEIRA, Cleber Santos. Clóvis Moura e a fundação do IBEA – Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas. In: *Revista da ABPN*, v. 9, n. 22, mar-julho, 2017, p. 349-368.

UNESCO. *História Geral da África*. 8 Vols. Brasília; São Paulo; Brasília: Cortez; MEC, 2011.